



ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR, REALIZADA EM QUATRO DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às dez horas, na Sala de Reuniões do Gabinete da Direção-Geral, foi realizada a quinta sessão ordinária do Conselho Diretor, à qual compareceram o Presidente Carlos Henrique Figueiredo Alves e os conselheiros: André Luis Santos (FECOMERCIO), Vânia Costa Correa (FAERJ), Jurandyr Machado e Cauby Monte (Ex-alunos), Miriam Carmem M. da Nobrega Pacheco (Docente Ensino Superior), Hélio Vargas Chaves de Souza (Docentes de Ensino Básico e Técnico), Maria Renilda Barreto (Docente do Ensino Médio e Técnico) e Teresa Cristina Gaio Mattos, Francisco de Assis B. Alves (Técnicos Administrativos). A conselheira Marilda P. Melo justificou ausência junto à secretaria do CODIR, informando compromisso profissional. No **Expediente Inicial**, o Sr. Presidente levou à apreciação dos conselheiros a ata da 4ª sessão ordinária de 2017, que foi aprovada por unanimidade. Antes de iniciar a Ordem do Dia, o Sr. Presidente lembrou que o MPU havia solicitado a instalação de ponto eletrônico na instituição. Relatou que visitou todos os *campi*, tendo conversado com os servidores, a fim de encontrarem a melhor maneira possível de atender a solicitação do Ministério. Declarou que foi detectado um impasse referente às 6 horas diárias e por isso designou uma Comissão, com representação de TAEs de todos os *campi*, além da participação dos representantes dos TAEs no CODIR, responsável por estudar a viabilidade de regulamentar o processo na instituição. Declarou que o processo não é fácil, que, de acordo com a lei, para haver turnos de 6 horas, o setor deveria funcionar, ininterruptamente por 12 horas, o que exigiria a contratação de mais servidores. Informou que todo o trabalho desenvolvido passaria pela avaliação do CODIR, mas pediu autorização ao Conselho para que a Comissão designada pudesse prosseguir com seus trabalhos, lembrando que haveria supervisão do CODIR, sendo aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, item **2.1 Proposta de criação do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER)**, a conselheira Maria Renilda, como ex-coordenadora do curso em avaliação e responsável pela organização do projeto, solicitou licença ao Conselho para abster-se da pauta, por questões éticas. Em seguida, apresentou o projeto aos conselheiros. O conselheiro Hélio Vargas pediu esclarecimentos sobre a oferta de estágio. A conselheira explicou que, em regra, alunos bolsistas teriam que fazer estágio em docência, caso não fossem atuantes na área, porém, atualmente, 80% já atuam na área, logo, não há necessidade. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passando ao item **2.2 Processo Sara (n. 23063.001758/2017-70)**, o Sr. Presidente fez um breve relato sobre o caso, explicando que a docente estava solicitando recurso ao CODIR como desdobramento de uma processo anterior. Informou também que a docente havia aberto um processo judicial contra a instituição. Devido à complexidade do caso, sugeriu a formação de uma Comissão responsável por emitir um parecer em nome do CODIR, com prazo até 18/08/17. A Comissão foi formada pelos conselheiros: Maria Renilda (presidente), André Luis Santos, Vânia Costa Correa e Jurandyr Machado. Passando ao item **2.3 Solicitação de autorização (n. 23063.002920/2016-89)**, o Sr. Presidente explicou que o docente estava solicitando uma autorização para prestar serviços de consultoria por período determinado. Observou que a instituição carecia regulamentação a respeito e, por isso, sugeriu uma Comissão responsável pela elaboração de minuta da mesma, com prazo até dia 22/09/17. A comissão foi formada pelos conselheiros: Miriam Carmem M. da Nobrega Pacheco (presidente), Hélio Vargas Chaves de Souza e Teresa Cristina Gaio Mattos. Seguindo com a pauta, o Sr. Presidente sugeriu votar os itens **2.4 Processos sobre incorporação de bens (n. 23063.002957/2016-47, n. 23063.000721/2017-91) e 2.5 Processos sobre desfazimento de**



50 bens (n. 23063.002062/2017-50, n. 23063.001973/2017-75, n. 23063.002000/2017-26 e n.
23063.001722/2017-06) em bloco. Em seguida, colocou em votação, sendo aprovados por
unanimidade. Passando ao Expediente Final, **3.1 Assuntos Diversos**, o Sr. Presidente expôs a
necessidade de fazer parceria com Fundações de apoio. Relatou que os servidores mais
55 antigos acompanharam o processo de descredenciamento da Fundação de apoio anterior, bem
como os motivos para tal. Alegou que a instituição vem sofrendo com a ausência desse tipo de
parceria. Explicou que há uma comissão trabalhando em prol da regulamentação de normas
para credenciamento de novas fundações, baseadas em documentos de outras instituições,
60 porém, adaptadas às necessidades do CEFET/RJ e solicitou a autorização do Conselho para
que o documento fosse colocado em pauta, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o
Sr. Presidente sinalizou que na última eleição para a CPPD, houve uma entrada muito pequena
de representantes. Explicou que dos poucos representantes que entraram somente dois
estavam se mantendo ativos, porém, um se aposentou e o outro estava querendo entregar a
65 função. Pediu permissão ao Conselho para disparar um novo processo eleitoral para
preenchimento das vagas ociosas, sendo aprovado por unanimidade. A conselheira Miriam
perguntou se poderia haver eleição geral para a CPPD, O Sr. Presidente explicou que para
haver eleição geral, os atuais representante teriam que renunciar, entretanto caso as renúncias
ocorram após a eleição, os resultados poderão ser aproveitados. O conselheiro Hélio Vargas
70 perguntou se o contingenciamento fecharia a partir de agosto como no caso da UFRJ. O Sr.
Presidente respondeu que não e complementou que a situação da escola estava confortável,
comparando com outras instituições. Relatou que no início do ano o MEC aprovou 6 de 9
projetos encaminhados, que serão custeados com verba totalmente separada da instituição.
Ressaltou que tal fato deixou a situação financeira bem mais amena, permitindo vislumbrar
75 novos investimentos para instituição, desde que o MEC cumpra com as descentralizações
orçamentárias previstas. Em seguida, convidou a todos para a Solenidade dos 100 anos do
CEFET/RJ, em que ocorrerá a entrega de medalhas pela Casa da Moeda. Nada mais havendo
a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão e agradeceu a presença de todos. Lavro a presente
ata, que segue assinada por mim, Luciana Carvalho de Oliveira, na qualidade de secretária e
pelo Sr. Presidente, Carlos Henrique Figueiredo Alves.